

http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/05/14/internas_economia,647405/sao-pedro-nao-e-o-unico-culpado.shtml



Aumentos na conta de luz também são decorrentes de atrasos em obras e outros erros

🕒 postado em 14/05/2015 06:00 / atualizado em 14/05/2015 07:37

👤 Simone Kafruni

Brasília – O desarranjo do setor elétrico, responsável por reajustes nas tarifas dos consumidores da ordem de 50% este ano, não pode ser creditado apenas à seca histórica, como insiste o governo federal. Especialistas têm dados que apontam que a crise hidrológica e o atraso em obras fundamentais para aumentar a oferta de energia foram responsáveis, juntos, por 54% do impacto negativo no setor. Erros de gestão e o uso político do setor contribuíram em cerca de 11%, e os efeitos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que garante recursos para os subsídios criados pelo governo, por 35%. O levantamento é do Instituto Acende Brasil, centro de estudos e observatório do setor elétrico brasileiro.

O presidente do instituto, Claudio Sales, destacou que os sucessivos erros do governo no planejamento estratégico é que tornaram o país tão vulnerável às condições climáticas. “Houve uma estiagem, não há dúvidas, mas, se as obras planejadas para ampliar a oferta de energia no país não tivessem atrasado tanto, o impacto não teria sido tão grande”, afirmou. Para o executivo, é hora de repensar os grandes projetos propostos pelo governo. “Eles estão em situação de inviabilidade econômica, com prejuízos bilionários”, ressaltou, referindo-se às grandes usinas hidrelétricas do Norte do país, Belo Monte, no Rio Xingu (PA), e Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira (RO).

As três hidrelétricas questionam na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a responsabilidade por prejuízos acumulados em períodos de paralisação forçada por problemas de licenciamento ambiental, invasão de índios, greves e depredações. O órgão regulador, contudo, se nega a aceitar as justificativas. Outra disputa entre os empreendimentos e o

governo é relativo ao índice de garantia física, o chamado fator GFS. A Santo Antônio Energia (SAE) já ganhou na justiça o direito a limitar o GFS em 5% e isso pode servir de precedente para as outras usinas. Para o desembargador federal Souza Prudente, que deu ganho de causa à SAE, o governo não observou o princípio da precaução nos contratos de concessão.

DESEQUILÍBRIO Todos os indicadores econômicos das empresas estatais de energia elétrica são muito piores do que os das suas congêneres privadas. “Com base nos balanços publicados, fica evidente o mal que o uso político e os erros de gestão têm feito ao setor”, destacou Sales. A Medida Provisória (MP) 579, que mudou o marco regulatório, foi responsável por grande parte do desarranjo, conforme Sales, com efeitos mais perversos no Sistema Eletrobras, obrigado a atender o governo e a entrar na canoa furada da antecipação de concessão, cobrando um preço mais baixo pelo megawatt/hora. Agora, as companhias também acumulam prejuízos bilionários. “Todas as iniciativas do governo se mostraram equivocadas. Ao promover leilões e oferecer preços-teto baixos, por exemplo, o governo provocou a desconstrução das distribuidoras e endividou o setor, com ônus para os consumidores. O impacto da CDE também foi gigantesco.”

Criada para garantir subsídios de grande apelo eleitoral, a CDE era financiada por encargos e por cotas das distribuidoras. Com a MP 579, o Tesouro Nacional passou a fazer aportes na CDE e o governo retirou encargos da conta. A medida durou pouco. Sem energia hidrelétrica por falta de chuvas e à mercê do mercado de curto prazo, com a eletricidade mais cara, as distribuidoras abriram um rombo em seus caixas e o Tesouro não pôde mais bancar o prometido. A solução foi enviar a fatura aos clientes. A CDE voltou a ser financiada pelas concessionárias e repassada nas contas. “O efeito da CDE em 2014 foi de R\$ 1,8 bilhão. Este ano, serão R\$ 18 bi cobrados dos consumidores. Um aumento de mais de 1.000%”, explicou Sales.

Brasília – O desarranjo do setor elétrico, responsável por reajustes nas tarifas dos consumidores da ordem de 50% este ano, não pode ser creditado apenas à seca histórica, como insiste o governo federal. Especialistas têm dados que apontam que a crise hidrológica e o atraso em obras fundamentais para aumentar a oferta de energia foram responsáveis, juntos, por 54% do impacto negativo no setor. Erros de gestão e o uso político do setor contribuíram em cerca de 11%, e os efeitos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que garante recursos para os subsídios criados pelo governo, por 35%. O levantamento é do Instituto Acende Brasil, centro de estudos e observatório do setor elétrico brasileiro.

O presidente do instituto, Claudio Sales, destacou que os sucessivos erros do governo no planejamento estratégico é que tornaram o país tão vulnerável às condições climáticas. “Houve uma estiagem, não há dúvidas, mas, se as obras planejadas para ampliar a oferta de energia no país não tivessem atrasado tanto, o impacto não teria sido tão grande”, afirmou. Para o executivo, é hora de repensar os grandes projetos propostos pelo governo. “Eles estão em situação de inviabilidade econômica, com prejuízos bilionários”, ressaltou, referindo-se às grandes usinas hidrelétricas do Norte do país, Belo Monte, no Rio Xingu (PA), e Jirau e Santo Antonio, no Rio Madeira (RO).

As três hidrelétricas questionam na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a responsabilidade por prejuízos acumulados em períodos de paralisação forçada por problemas de licenciamento ambiental, invasão de índios, greves e depredações. O órgão regulador, contudo, se nega a aceitar as justificativas. Outra disputa entre os empreendimentos e o governo é relativo ao índice de garantia física, o chamado fator GFS. A Santo Antônio Energia (SAE) já ganhou na justiça o direito a limitar o GFS em 5% e isso pode servir de precedente para as outras usinas. Para o desembargador federal Souza Prudente, que deu ganho de causa à SAE, o governo não observou o princípio da precaução nos contratos de concessão.

DESEQUILÍBRIO Todos os indicadores econômicos das empresas estatais de energia elétrica são muito piores do que os das suas congêneres privadas. “Com base nos balanços publicados, fica evidente o mal que o uso político e os erros de gestão têm feito ao setor”, destacou Sales. A Medida Provisória (MP) 579, que mudou o marco

regulatório, foi responsável por grande parte do desarranjo, conforme Sales, com efeitos mais perversos no Sistema Eletrobras, obrigado a atender o governo e a entrar na canoa furada da antecipação de concessão, cobrando um preço mais baixo pelo megawatt/hora. Agora, as companhias também acumulam prejuízos bilionários. “Todas as iniciativas do governo se mostraram equivocadas. Ao promover leilões e oferecer preços-teto baixos, por exemplo, o governo provocou a desconstrução das distribuidoras e endividou o setor, com ônus para os consumidores. O impacto da CDE também foi gigantesco.”

Criada para garantir subsídios de grande apelo eleitoral, a CDE era financiada por encargos e por cotas das distribuidoras. Com a MP 579, o Tesouro Nacional passou a fazer aportes na CDE e o governo retirou encargos da conta. A medida durou pouco. Sem energia hidrelétrica por falta de chuvas e à mercê do mercado de curto prazo, com a eletricidade mais cara, as distribuidoras abriram um rombo em seus caixas e o Tesouro não pôde mais bancar o prometido. A solução foi enviar a fatura aos clientes. A CDE voltou a ser financiada pelas concessionárias e repassada nas contas. “O efeito da CDE em 2014 foi de R\$ 1,8 bilhão. Este ano, serão R\$ 18 bi cobrados dos consumidores. Um aumento de mais de 1.000%”, explicou Sales.